

**DESTECENDO A REDE CONCEITUAL DA CRÔNICA:  
discussões em torno da crítica e projeções  
no ensino do gênero menor**

*Maria Cristina Cardoso Ribas<sup>1</sup>*

Resumo: Este trabalho pretende empreender uma revisão da rede conceitual que envolve a crônica no Brasil, a partir dos clichês de definição institucionalizados por parte da crítica (CÂNDIDO, 1992; COUTINHO, 2003; MOISÉS, 1967; SÁ, 2002) e aceitos pela comunidade leitora como explicação do gênero em foco. Como intersecção dos discursos jornalístico e literário, o gênero crônica traz os mitos dos seus constituintes (MEDEIROS, 2004). Tais mitos - objetividade, verdade-da-informação (MARIANI, 1998), no caso do gênero jornalístico, e subjetividade, polissemia, no caso do literário - associam-se a outros estigmas que reduzem o gênero a uma série de clichês definidores. A revisão teórico-metodológica espera contribuir para a reflexão do professor pesquisador e seu trabalho em sala de aula.

Palavras-chave: discurso cronístico; revisão conceitual; gênero crônica; literatura.

Abstract: This paper aims at making a review of the Brazilian chronicle conceptual network by traditional literary critics (CANDIDO, 1992; COUTINHO, 2003; MOISÉS, 1967; SÁ, 2002) and accepted by the reading community. As an intersection of the journalistic and literary discourses, the chronic genre brings the myths of its constituents (MEDEIROS, 2004). Such myths – objectivity, truth-of-information (MARIANI, 1998), in the case of the journalistic genre, and subjectivity, polysemy, in the case of the literary – were associated to other stigmas that reduce the scope of the genre. The theoretical-methodological review intends to contribute to teaching research as well as to the teacher's work in the classroom.

Keywords: chronicle discourse; conceptual review; chronic genre; literature.

## I- Introdução

Como professora de Teoria Literária na UERJ e já tendo ministrado, durante seis anos, Teoria da Comunicação no Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio, é compreensível nossa predileção por

---

<sup>1</sup> Professora Associada (LETRAS) UERJ, Coordenadora do Núcleo de Extensão da Faculdade de Formação de Professores, Professora do Programa de Mestrado do Instituto de Letras, Editora gerente da Revista SOLETRAS online, Pesquisador Associado da Cátedra de Leitura da UNESCO na PUC-Rio. Doutora em Ciência da Literatura - Teoria - pela UFRJ, Mestre em Literatura Brasileira pela PUC-Rio, Licenciada em Letras pela PUC-Rio.

reflexões de ordem teórico-metodológica, em especial aquelas que envolvem categorias e conceitos com os quais lidamos em nossa prática docente. Lidamos, na maioria das vezes, de maneira indireta ou sem muita ênfase, já que o debate em torno da conceptualização demanda um esforço e uma ruminância que as exigências e pleitos da sala de aula, em geral, nem sempre favorecem.

Nos estágios supervisionados e projetos de Iniciação à Docência, nossos alunos, professores em formação, lidam diretamente com estudantes do Ensino Médio e Fundamental da Rede Pública do entorno de São Gonçalo, onde fica a Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Nossa principal dificuldade nas aulas de Literatura têm sido colocar em xeque não ‘o quê’, mas ‘o como’, ou seja, promover um debate sobre o nosso *modus operandi* em sala de aula, enfim, repensar os procedimentos usuais com que vimos ensinando literatura. Dentre tais procedimentos, citamos a periodização literária, que implica numa compreensão linear e contínua de história, numa sequência que parte de uma origem, de um centro, rumo a um fim; esquematização esta que diz respeito ao estabelecimento do cânone e decorrentes exclusões e esquecimentos daquilo que é posto à margem da historiografia literária; e que, ainda, congrega uma subserviência por parte de todos nós, quando aceitamos a crítica oficial(izada) como verdade, ao invés de respeitarmos nosso direito de questionar a verdade da crítica.

Em termos mais específicos, nosso questionamento voltou-se para desmistificar, dentre outras categorias<sup>2</sup>, o gênero crônica, o que reverberou, inclusive, em nosso próprio modo de lidar com essa modalidade discursiva. Para nossa satisfação, a pesquisa vem alterando o rumo da nossa prática docente, defrontando-nos com a ineficiência das categorizações que cercam a crônica. Reconhecemos que o esforço de desentranhar uma matriz homogênea que dê conta do gênero limita o debate a discussões previsíveis e rotulações dicotômicas, num desenho de contornos fortemente românticos. Queremos, aqui, compartilhar a nossa aventura: revisitar, ainda que de maneira breve, a rede conceitual que envolve a crônica. Tal orientação, conforme já mencionamos, demanda revisitar a crítica sobre o gênero e rever o *modus operandi* com que lidamos com o discurso cronístico.

É preciso, ainda, lembrar que, como provável intersecção dos discursos jornalístico e literário, o gênero crônica carrega para si os mitos e ilusões dos seus constituintes (MEDEIROS, 2004). E, em termos gerais, o impasse da definição aqui assumido parece estender-se ao estabelecimento de conceitos na contemporaneidade, tendo em vista a experiência da diversidade dos objetos, sujeitos e eventos,

---

<sup>2</sup> Uma das vertentes do nosso Projeto do Prociência(Uerj/Faperj), com início em 2011, foi a revisão conceitual da categoria pós-moderno, descrita em “A rede conceitual do pós-moderno: entre o singular e o plural”, - (na seção: Historiografia literária em cenários multiopcionais). In: Carlinda Fragale Pate Nuñez, Germana Maria Araújo Sales, Rauer Ribeiro Rodrigues, Roberto Acízelo de Souza, Socorro Fátima Pacífico Barbosa. (Org.). *História da Literatura: fundamentos e práticas analíticas*. 1ed. Rio de Janeiro: Makunaíma, 2012, pp. 165-195.

interpenetração de fronteiras, rapidez da informação, agilidade dos meios, interdiscursividades.

Ao mesmo tempo ressaltamos, aqui, a consciência dos limites de qualquer revisão conceitual, o que exige estarmos atentos para não recair no que Luís de Gusmão denomina “a ilusão teoricista do vocabulário perfeito” (2012, p.12).

Esperamos que o presente trabalho possa contribuir, de alguma forma, para uma reflexão teórico-metodológica em torno do discurso cronístico, de modo a iluminar a prática docente nas aulas de literatura.

## II- A crítica literária em cena: revendo definições da crônica

Se observarmos atentamente a nossa prática nas aulas de literatura ao tratar do gênero crônica, vamos perceber que reiteramos as características formuladas, dentre outros, por Antônio Cândido, Afrânio Coutinho e Massaud Moisés, com aprovação da comunidade leitora e respectivos valores, vigentes desde os tempos do folhetim. Salvaguardadas as diferenças entre os críticos e reconhecendo o esforço e o trabalho primoroso de Cândido, no século XX, para entender a literatura brasileira como sistema, defendemos a urgência de visitar as discussões em torno do gênero.

Ao voltarmos os olhos aos estudos de Cândido (1992), Coutinho (2003) e Moisés (1967), ressalvadas as particularidades autorais, vamos encontrar o elogio de traços específicos para a definição de crônica, os quais não nos cansamos de repetir ainda hoje: ‘graciosidade’, ‘coloquialidade’ da escrita, ‘leveza’ para tratar de ‘coisas sérias’, ‘bate

papo à mesa do bar’. Seja por falta de opção, seja por carência de reflexões diferenciadas ou até mesmo por preguiça ou exaustão, o fato é que continuamos dizendo as mesmas coisas.

Sabemos que tais reflexões foram de grande contribuição para o estudo da crônica. Hoje, porém, gravitam em torno do previsível, além do que a produção cronística contemporânea não mais se encaixa em uma estrutura matricial comum, seja em nível de conteúdo, seja em nível temático. Relembramos que, enquanto Cândido chama a atenção para a delicadeza do comentário, Coutinho enfatiza o aspecto estrutural da crônica e Moisés sublinha o seu caráter jornalístico. Em se tratando de um gênero periódico, os autores falam, ainda, no tempo de elaboração e aprimoramento do texto como fator qualificativo, o que, em princípio, inferiorizaria a crônica diante do romance e da poesia, cujo trabalho de composição demandaria um tempo maior.

A citada (des)qualificação, portanto, com base no tempo empregado para o trabalho de elaboração, implica no critério subjetivo para validar o gênero.

Não podemos esquecer, também, que Coutinho defende as marcas de flexibilidade, mobilidade e mesmo irregularidade como próprias da *natureza* da crônica (Coutinho, 2002, p. 133, gr. nossos). Caracterizações de tal ordem - a natureza do texto - denotam a concepção imanentista de grande parte da crítica sobre o gênero e reforçam o grau de subjetividade das definições. Herdeiros de uma concepção essencialista de literatura – e conseqüentemente da crônica -, tendo que lidar com a “pluralidade de

tecidos textuais sob o mesmo rotulo” (MEDEIROS, 2004, p.102) e tudo somado ao esforço de propor uma formulação que abrigue a variedade, estes críticos propõem, como saída ao impasse conceitual e risco da generalização, a formulação de ‘subgêneros’ com respectivos exemplos.

A configuração proposta por Candido (1992) tangencia sua preocupação com a noção de sistema literário; há sempre um esforço de sistematizar a diferenciação em pequenas estruturas e, ao pensar os subgêneros, ele privilegia o modo de exposição e o objetivo do cronista. Formula a seguinte divisão, com respectivos exemplos: (1) Crônica-Diálogo – quando o cronista e seu interlocutor se revezam trocando pontos de vista e informações (Drummond, Sabino); (2) Crônica Narrativa – quando apresenta alguma estrutura de ficção, semelhante ao conto (Rubem Braga); (3) Crônica Exposição Poética – quando faz uma divagação sobre um acontecimento ou personalidade, tecendo uma série de associações (Paulo Mendes Campos); e (4) Crônica Biográfica Lírica – narrativa poética da vida de alguém (o mesmo). Ressaltamos, aqui, que a necessidade de ilustrar os subgêneros, sempre com exemplos, demonstra a insuficiência da formulação; ou melhor, constata que o modelo refere-se a produções específicas e/ou generalizações apressadas e, como tal, não dá conta da matriz pretendida – se é que ela existe.

Afrânio Coutinho, ao mesclar tema, estrutura e objetivo, propõe cinco subgêneros, também assegurados pelo exemplo: (1) Crônica narrativa – quando se desenvolve em torno de uma estória ou de um episódio, o que a aproxima do conto (Sabino); (2) Crônica metafísica –

quando o autor tece reflexões filosóficas sobre acontecimentos ou homens (Machado e Drummond); (3) Crônica poema-em-prosa – de conteúdo lírico, correspondente ao suposto extravasamento da alma do artista (Rubem Braga, Bandeira, Raquel de Queiroz); (4) Crônica-comentário – miscelânea de assuntos, o chamado “bazar asiático”, na expressão de Eugênio Gomes, pois trata de vários assuntos diferentes (Machado e Alencar); e (5) Crônica-informação – que, segundo Coutinho, se aproximaria mais do sentido etimológico, por divulgar os fatos com breves comentários.

Massaud Moisés, o terceiro da nossa lista, comenta dois tipos de crônica, privilegiando a propagada ambiguidade do gênero: (1) Crônica-Poema – prosa emotiva que chega ao verso (Drummond); e (2) Crônica-Conto – o cronista narra um acontecimento que despertou sua atenção, como se fosse um conto.

Primeiro, enfatizamos que os exemplos funcionam para garantir a especificação que a definição por si só não sustenta. Segundo, a leitura e análise dos textos das crônicas demonstram que as várias textualidades do discurso cronístico deslizam destes enquadres e, mesmo aquelas que confortavelmente poderiam se instalar nestes compartimentos pela mão de um crítico mais afeito a categorizações configurariam uma contribuição pouco eficaz. Qual o efeito de um enquadre sem a consciência de sua provisoriedade? E sem que se torne somente mais um valor hierarquizante, uma noção genérica, ambígua e arbitrária, na expressão de Umberto Eco (2004, p.8), um conceito-fetiche? Conceitos

que, testados, mais cedo ou mais tarde, esfarelam-se em função da sua inconsistência, subjetividade ou teor de abrangência e hipervalorizam o ideal em detrimento do que aflora ao sabor das situações concretas (GUSMÃO, 2012), além de não enxergar a constituição multifacetada do discurso cronístico. Ressaltamos, ainda, a necessidade de nomear os cronistas ao lado de cada subgênero anunciado. A descrição assim encaminhada também corrobora com a sua fragilidade: a definição não dá conta e carece do autor como marca de individualização (autoria) do subgênero descrito.

Seguindo a trilha, observamos, ao mesmo tempo, que as tentativas de escapar da fetichização dos conceitos podem nos levar a outras armadilhas, aparentemente mais sofisticadas ou condizentes com os ecos da contemporaneidade; a verdade é que estamos sempre procurando particularizar, diferenciar, tipificar e isso implica em identificar/forjar/descrever aspectos e tendências, sejam de ordem temática ou estrutural – se for do ponto de vista do texto –; sejam de ordem proposicional (objetivos do autor) ou ainda da esfera da recepção (expectativas do leitor).

Antes de propor enquadres – sempre redutores –, é preciso lembrar que a crônica instalada no veículo jornal é seu produto, e, como tal, vive sob a égide do mito da informatividade. Dissemos ‘mito’ porque diz respeito à ilusão da verdade da informação (MARIANI, 1998). É preciso considerar, ainda, que o fato de “o termo crônica encabeçar diferentes textualidades” (MEDEIROS, 2004, p.100) complica ainda mais sua



definição; afinal, ela é ‘produto do discurso jornalístico e fruto do trabalho do literato e/ou jornalista’ (MEDEIROS, 2004, p.100). A análise de Medeiros (2004) em seu recorte específico (período JK) mostra que o termo crônica reúne, nos jornais do período – anos 50 –, notícias do mundo, eventos culturais, informes sobre saúde ou língua, conversas aconselhadoras com o público, narrativas históricas, notícias e/ou comentários esportivos, notícias sociais, além daquilo que não faz parte da lista, ou seja, o tecido textual do cronista literário.

Este tecido irregular, esfiapado, vário, leva-nos a adotar, confortavelmente, o entendimento do gênero como ‘híbrido’, ‘anfíbio’ ou adjetivação similar que aponte para a sua constituição discursiva entre o literário e o jornalístico. Ora, os outros textos não são híbridos? Não se tratam de intertextos? Não são polifônicos?

Como, então, afirmar que o ‘hibridismo’ é uma particularidade da crônica – se todos os textos são híbridos, intertextos, interdiscursos (vale lembrar que nós, como sujeitos, somos formações intertextuais). Ao pensar a produção literária hoje – sem particularizar um ou outro gênero – Silviano Santiago (2002, p.17) ressalta sua configuração ‘anfíbia’, com vida e resistência em ambientes diferenciados. Diz que “contaminação é antes a *forma* literária [anfíbia] pela qual a lucidez se afirma duplamente”.

Da mesma forma, a opção por singularizar a crônica como lugar do ‘banal’, ‘cotidiano’, ‘pitoresco’ – aspecto conteudístico –, também não resolve o impasse. Qual o teor de banalidade dos temas? Por oposição a grandiosos? Quem decide e valoriza tais aspectos e identifica a tendência

predominante? E o que dizer da declaração de Coutinho em que o talento do ‘autor’ escolheria tal tendência, ou seja, o tom literário ou jornalístico que o autor imprimiria ao seu texto, podendo ou não se autodenominar cronista?

Tais procedimentos reincidentem no culto à ideia de gênio, concepção romântica ainda vigente na primeira metade do século XIX. E, para completar o rosário de conceitos-fetiche, não poderíamos esquecer outro complicador: o atributo da crônica como gênero menor - essa estratégia e/ ou mania reincidente de qualificar, medir e hierarquizar uma obra, qualquer que seja, por um pretense valor visível, hierárquico, medido pelo movimento de aplicabilidade e retorno, no contexto da sociedade consumista que compomos hoje. Preferimos dizer que a decantada (falsa?) modéstia do dito ‘gênero menor’ é na verdade uma prática social, um jogo de auto-projeção pelo avesso.

III- Pré-conceituando a crônica: ambiguidade, hibridismo, efemeridade, gênero menor...

A tendência histórica básica dos mais diferentes gêneros é desenvolver formas mistas, com dinamismo relativo nos distintos períodos, que impedem definitivamente a descrição de um objeto qualquer como simples coleção de aplicações genéricas. (PÉCORA, 2001, p.12).

Já vimos que singularizar a crônica como gênero híbrido pressupõe a existência de um anterior gênero puro e nós sabemos que os gêneros textuais apresentam múltiplos constituintes, que os textos são contaminados e, que, portanto, o hibridismo é também um padrão.

Paralelamente ao hibridismo, Jorge de Sá (2008), em seu conhecido trabalho sobre o tema, ao mencionar a ambiguidade do gênero, a atribui à ‘essência jornalística’ herdada pela crônica; Sá manifesta, assim, uma visão essencialista de literatura; ainda assim assume que “o importante é reconhecer que essa *mistura* nada mais é do que uma *tendência da literatura contemporânea, numa enriquecedora confluência de gêneros*” (SÁ, 2008, p.26, gr. nossos). Sobre essa decantada ambiguidade da crônica, Coutinho, por sua vez, assinala que aproximar-se mais do jornalismo ou da literatura seria escolha do escritor. E recorre, ainda, à ideia de talento individual conjugado a esforço intelectual, o que permitiria ao escritor sobrepujar a efemeridade herdada ao jornalismo: “(...) somente será considerado gênero literário quando apresentar qualidade literária, libertando-se de sua condição circunstancial pelo estilo e pela individualidade do autor” (COUTINHO, 2002, p.123).

Nessa perspectiva, particularizar a crônica como gênero ‘híbrido’ e colocar a pendência para um ou outro aspecto dessa ambiguidade por conta exclusiva do talento do escritor é mais uma particularização infundada do ponto de vista epistemológico, porque atribui ao gênero uma singularidade que na verdade é plural e compartilhada pelos inúmeros gêneros textuais no cenário discursivo. Reconhecemos, entretanto, uma justificativa: a preocupação com o hibridismo é por conta de a crônica ser produzida, a partir do século XIX, pela mão/pena de literatos, mas no suporte/imprensa jornal – o primeiro veículo de comunicação de massa de que temos notícia.

Obviamente o suporte vai acolher o gênero e conformá-lo à mídia impressa, assim como ao folhetim. Mesmo assim ainda há um problema quanto à decantada ambiguidade da crônica: ao ressaltar esse aspecto dúbio literatura e jornal, estamos em desacordo com o discurso jornalístico em seu compromisso de objetividade, que supõe regular os sentidos, controlar o dizer, enfim, ‘desambiguar’ o discurso (MARIANI, 1998). A crônica se materializa no espaço discursivo jornalístico e é seu produto; entretanto, ela é resultado de posições que atuam em ambos os domínios, instalando uma tensão no próprio espaço que a produziu – a ‘falha’ no discurso jornalístico (MEDEIROS, 2004).

Além do suposto caráter híbrido e da ambiguidade, perguntamos como o gênero crônica lida com o ‘efêmero’, outro de seus consensuais e mais fortes atributos, ligado à temporalidade, ao suporte, às suas condições de produção. Dizemos que a efemeridade do gênero traz consigo seu simétrico complementar, a ilusão de perpetuidade. De acordo com Sá, a crônica, “sendo predominantemente voltada para o urbano, não abandona o rural; centrada no particular efêmero, caminha para a universalidade mais duradoura” (SÁ, 1987, p. 77). Uma ‘universalidade mais duradoura’ diz respeito a um projeto romântico, que enxerga a crônica de maneira isolada, autossuficiente, como se sua permanência ou efemeridade dependessem de características intrínsecas, manipuladas pela competência do autor. Considerar a ‘universalidade’ do gênero é também uma tentativa de dissolver a velha polaridade urbano X

rural numa postura unificadora, abrangente, genérica e que, por sinal, não combina com efemeridade.

Se a crônica é publicada em periódico – cuja efemeridade já é prescrita e cuja serventia vai da leitura/informação/entretenimento a forro para necessidades animais -, é curioso que seja reivindicada a sua perenidade. Em 1916, na Revista da Semana, João do Rio (Paulo Barreto), em seu outro pseudônimo Joe, escreve as *Crônicas Efêmeras* (2001), cujo título já sinaliza a paradoxalidade do gênero e, mais do que isso, a fragilidade das categorizações e dos eventos que traz à cena, em especial a questão da permanência. O termo crônica, com sua carga temporal, evoca também a fixidez das doenças ‘crônicas’. Mas, nas palavras de Joe (23/03/1916): “Tudo tem seu tempo e o seu limite (...). E se o quiserdes conservar, não façais com ele o que o Rio faz com tudo; não o prorogueis nunca mais” (BARRETO, P., 2001, p.69). Ao negar a prorrogação (“nunca mais”), ele a prorroga... Ressaltamos a paradoxalidade das palavras de João do Rio, quando desconstrói e ao mesmo tempo mantém a permanência, inserindo-a no bojo da efemeridade

Vale acrescentar outro aspecto ao debate: de acordo com Rodrigues (2009), as crônicas, quando reunidas em livro, ganham uma perenidade que potencializa a sua leitura. Ao escaparem da contingência da periodicidade, ao deixarem de ser oferecidas aos pedaços, transformam-se em matéria propícia a análise mais sistematizada; queremos dizer: muda o suporte, o espaço de veiculação, transformam-se as expectativas,

o tratamento, a configuração, a leitura. E a leitura, enquanto produção de sentido, tem suas condições de produção, ou seja, constitui-se na interação autor, leitor, texto (leitor virtual) e histórias da textualização da crônica.

Conforme entendemos, portanto, o debate sobre hibridismo, efemeridade, menoridade se justifica pela sua constituição (inter)discursiva da crônica, dentro e fora dela, o que se estende à identificação de seu autor. Tal relação entre discursos, porém, não é harmônica, afinal trata-se de um jogo de forças em permanente atrito. Arriscamos dizer: é nessa tensão entre discursos literário e jornalístico, pondo em xeque os mitos de seus constituintes, que se produz a crônica. Mesmo porque o jogo de forças literatura e jornal traz consigo, movimento em cadeia, tantos outros pares (e ímpares) que insistimos em dicotomizar: ficção/realidade; versão/fato; literatura/história; arte/política; forma/conteúdo; subjetividade/objetividade; erudição/coloquialidade etc. Queremos dizer que, para o pesquisador, o chão da crônica é menos simples e acessível do que parece, pois dramatiza, na sua preconizada leveza, questões teóricas de peso. Como preconizadamente ‘menor’, o gênero trouxe ‘grandes’ contribuições. A discussão, porém, não deve reincidir sobre a chave do tamanho – esta não é a questão.

Como veremos, a adoção da ‘menoridade’ da crônica é estratégia e também não funciona como definição. Diz respeito, assim como os demais rótulos, a conotações da própria crítica sobre si mesma, a

representações de parte da sociedade leitora, seus modos de ver, modos de ser, modos de dizer. Repensar a crônica implica em perceber o tênue limite entre os conceitos-fetice e os elementos tidos como constituintes<sup>3</sup>.

Importante considerar que, tanto o folhetim<sup>4</sup> quanto a crônica impregnaram de valor cultural as páginas dos jornais, contribuindo para o processo de construção de práticas de leitura, formação do leitor e o cada vez mais amplo consumo do impresso. O curioso nessa dinâmica é que, em virtude da emergência da classe burguesa aos centros de poder, justamente a imprensa e o jornal, ícones da comunicação de massa, mediaram o mundo das belas letras, da chamada alta cultura. E ambos os gêneros, alocados em espaço nada nobre do jornal tiveram aceitação tal que ressignificaram o que fora confinado ao rodapé de uma página de jornal - o *bas de page* dos periódicos franceses, os quais, um pouco mais tarde, foram traduzidos nos jornais brasileiros do XIX. A flexibilidade do *bas de page*, espaço em que era possível a coexistência de textos de natureza diferente — críticos, imaginários, *faits divers* —, de acordo com Lucia Granja (2011, p.147) é “pensada como uma das principais razões para o desenvolvimento da crônica como um gênero literário no Brasil”. Ao mesmo tempo, este espaço ‘inferior’, ao que Cândido chamou ‘rés do chão’, esta brecha no inferior da página, colocou o folhetim e a crônica,

---

<sup>3</sup> A noção de “Discurso Constituinte”, parte importante da linha francesa da Análise do Discurso, foi introduzida por Dominique Maingueneau, em 1995.

<sup>4</sup> Segundo Marlyse Meyer (1996), o termo folhetim, originário da palavra francesa *feuilleton*, surgiu, pela primeira vez, na década de 1830, no periódico francês *La Presse*. Pouco tempo depois, no Brasil (1852), Francisco Otaviano inaugurou o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, seção ‘A Semana’, espaço consagrado dos folhetins literários do Romantismo (BENDER e LAURITO, 1999, p. 29).

mais perto do leitor. E a proximidade estimulou a circulação, engrandecendo o gênero ‘menor’, trazendo à cena da leitura e da sociedade, o que era alocado no canto inferior da página.

#### IV- Considerações (semi) finais: um gênero menor menormenor ENORME nor...

Um segmento de texto pode começar sua existência como história ou filosofia, e depois passar a ser classificado como literatura e passar a ser valorizado por seu significado arqueológico. Alguns textos nascem literários, outros atingem a condição de literários, e em outros tal condição lhes é imposta (EAGLETON, 2003, p.12).

Identificar ‘características’ de um texto, lhes fixar valores e tipologia é fetichizar o conceito e corroborar com uma visão imanentista de literatura e gêneros correlatos; é retomar a busca pela *literariedade* dos formalistas russos no início do século XX; é supor que existe texto *a priori* da leitura, fora das suas condições de produção. E, no caso específico da crônica, isolá-la numa pretensa independência, como se isso lhe garantisse o *status* de gênero e preservasse o seu campo de atuação, é ainda um sonho romântico. Para sair desse ciclo vicioso, sugerimos entender o funcionamento do gênero em foco dentro das suas condições de produção e compreender a provisoriedade das marcas, tendências e vozes, e a relação com outros discursos, como constituintes (MAINGUENEAU, 2006). Estamos falando da tessitura de enlaçamentos que constituem os discursos, o que demanda considerar não a natureza, mas os efeitos destes enlaces.

O discurso literário não é isolado, mesmo tendo estas especificidades: ele participa de plano determinado da produção verbal, o dos discursos constituintes, categoria que permite melhor apreender as relações entre literatura



e filosofia, literatura e religião, literatura e mito, literatura e ciência (MAINGUENEAU, 2006, p. 60).

No caso da crônica, a heterogeneidade resiste a um enquadre modelar e demanda que a sua teorização seja encaminhada por uma perspectiva discursiva. Importante reiterar que, tanto o folhetim quanto a crônica impregnaram de valor cultural as páginas dos jornais, expandindo o processo de construção de práticas de leitura e formação do leitor, *pari passu* à ampliação do consumo do impresso.

Uma forte contribuição do desenvolvimento da imprensa no Brasil reside no fato de o jornal, desde o início do século XIX até os dias atuais, ser um suporte literário que contribui para uma espécie de mídia privilegiada da escrita, configurando-se, segundo Cardoso (2008) como um veículo determinante na propagação do hábito de leitura e formação do leitor brasileiro. A crônica, assim como o folhetim seguiam critério único para publicação: a periodicidade. Como já dissemos, situava-se no rodapé do jornal, na feliz expressão de Cândido (1992), ‘ao rés do chão’.

O atributo ‘menor’ que retomamos nesta seção, é inspirado na construção poética de José Paulo Paes que, ao homenagear Manuel Bandeira (que se dizia um poeta menor), desentranha a palavra ‘enorme’ da fusão de ‘menores’ em série - sentido contido no seu oposto -. Complementando o debate, trazemos, do ensaio *A vida ao rés-do-chão* (1992), um conhecido trecho em que Antonio Cândido explica sua visão da crônica como gênero menor:

Ora, a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele

uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas (CÂNDIDO, 1992, p.14).

O crítico transforma o termo que desqualifica o gênero em atributo de valoração; o sentido desliza de ‘inferioridade’, ‘incompetência’, ‘dependência’ para uma dimensão quase redentora do olhar para baixo; como se a crônica, ao fundar um território próprio, se estabelecesse no espaço romântico do exílio ou da miragem no suporte desértico do jornal. Mas esta bem vinda reversão não é suficiente para a presente análise. Mais do que concordar ou não com o atributo (des)qualificativo, nos interessa, aqui, entender seus propósito e efeito. Por que a institucionalização da crônica como gênero ‘menor’?

Claro está que a pergunta não precisa ser mais respondida conforme sempre foi; menor tempo de elaboração que romance e poesia, espaço reduzido, rodapé do jornal - isso já sabemos. O exame das críticas, estudos sobre o tema e correspondência entre autores apontam para a hipótese de que o qualificativo ‘gênero menor’ tinha outra função, que não a de se considerar, de fato, menor.

Do ponto de vista do cronista (autor), funcionava como apelo à modéstia e jogo retórico entre os pares, o que, além de estabelecer um pacto entre eles, estabeleceria uma folga e uma garantia, junto à intelectualidade, para o escritor se distanciar do cânone; do ponto de vista do crítico, uma isenção do risco de endossar um gênero tido como superficial, descuidado, voltado para a massa. Em ambos os casos, ser menor sugere certa isenção e uma justificativa para as eventuais concessões de um produto voltado para a massa. Por este motivo

supomos que a estratégia vigorava entre a elite intelectual e não tinha grande serventia junto à comunidade leitora, à massa que degustava o produto sem se preocupar com sua decantada ‘menoridade’. Vale, ainda, pensar no estigma ‘menor’ por conta de estar a crônica num veículo de comunicação de massa - de ampla circulação, portanto -, o que interferiria na sua composição: proposta mais simplificadora, apelativa, próxima do público...enfim, ‘menor’.

Com o sucesso do folhetim, a imprensa brasileira modificou o seu foco e se propôs a pensar o jornal não apenas como veículo de noticiário político e econômico, mas como um meio, melhor dizendo, *intermezzo* do “noticiário das ‘coisas leves’ e a descrição de assuntos leves” (CARDOSO, 2008, p.20). A crônica instalou-se nesse espaço intermediário, gênero cuja finalidade seria o entretenimento e a experiência estética. Hoje, diante das expectativas, da incessante e rápida demanda da sociedade contemporânea, os textos dos cronistas, em *topoi* diferenciados aos dos oitocentos, vão ganhando mais adesões dos leitores; leitores que continuam carentes para ouvir aconselhamentos que não parecem conselhos, que almejam acreditar que são os interlocutores/destinatários especiais dessa ou daquela mensagem, talvez como prova, para si mesmo, de singularização/ individualização em tempos de anonimato, um grito como expressão de novo ângulo na aparência uniformizada do cotidiano.

Conforme vimos dizendo, a rede conceitual em torno da crônica vem aprisionada pelo paradigma temporal em sua dimensão linear,

continua, sob a égide da eternidade. Quando se pensa em efemeridade, é porque temos expectativa de perpetuidade, manutenção, preservação do mesmo. No entanto a periodicidade (do periódico, inclusive) chega como intermitência, intervalo, interrupção dessa cadeia linear, ricochete de idas e vindas. Publicada em livro, a crônica circula em outro suporte, o que interfere no modo de leitura e garante outra temporalidade, embora apresente temática e referência datadas. Paradoxalmente, a crônica alia-se ao movimento e não à fixação; esteja em jornal ou em livro, o gênero deslizou do rés-do-chão e, como produto do jornal na mão de literatos, instalou-se num espaço vital para a formação da cultura brasileira: entre o iletrismo e o beletrismo.

Portanto, o grau de subjetividade dos mitos e estigmas circunscritos à crônica os torna ineficazes do ponto de vista epistemológico. Herdeiros de uma concepção essencialista de literatura – e conseqüentemente da crônica –, enfatizamos que os críticos dessa vertente não conseguem lidar com a pluralidade de tecidos textuais sob o mesmo rótulo (MEDEIROS, 2004), na tessitura de enlaçamentos que os constituem. Sugerimos entender o funcionamento do gênero, portanto, dentro das suas condições de produção e compreender a provisoriedade das marcas, tendências e vozes, e a relação com outros discursos, vistos como constituintes (MAINGUENEAU, 2006).

Conforme vimos sinalizando, o gênero crônica veio reforçar o lugar do leitor, sua condição de aliado, crítico, consumidor no pacto da leitura. Ela (se)constitui um tecido de enlaçamentos e é justamente essa rede que

nos permite pensar a relação entre o textual e o institucional, em termos de interior e de exterior, de meio e de fim.

Finalmente, queremos dizer: a revisão conceitual que ora compartilhamos foi uma virada na nossa pesquisa, um alento para o estudo do tema e, esperamos, possa representar uma convocação para ficarmos sempre atentos às armadilhas conceituais e condicionamentos que moldam/toldam nossos olhares e práticas. É preciso sair da zona de conforto, acolher as dissidências, reconhecer os limites e as possibilidades, enfim, refazer o percurso.

#### Referências Bibliográficas

- ARRIGUCCI Jr., Davi. *Enigma e comentário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BENDER, Flora Cristina; LAURITO, Ilka Brunhilde. *Crônica História, teoria e prática*. São Paulo: Scipione. Col. Margens do texto, 1993.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: — [et alii]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CARDOSO, Joselina Alves. *Crônica literária no jornal: história, estrutura e funcionamento*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Literatura e Crítica Literária, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.
- COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: —. *A literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 2003, vol. 6.
- DIMAS, Antonio. A ambiguidade da crônica: literatura ou jornalismo. In: *Littera: revista para professor de português e literaturas de língua portuguesa*. Ano IV, Nº 12 – setembro-dezembro. Rio de Janeiro: Grifo, 1974.
- EAGLETON. T. *Teoria da literatura*. Uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, edições de 2004 e 1976.
- GRANJA, Lucia. No rodapé dos jornais: casos do romance-folhetim. *Floema*, ano VII, n. 9, p. 147-158, jan./jun. 2011.

GOMES, Gisele A. *Entre o público e o privado: a construção do feminino no Brasil do oitocentos, 1827-1846*. Dissertação de mestrado, História, UFJF, 2009.

GUSMÃO, Luís de. *O fetichismo do conceito*. Limites do conhecimento teórico na investigação social. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

KNAUSS, Paulo et al (org.). *Revistas Ilustradas*. Modos de ler e ver no segundo reinado. Rio de Janeiro: Mauad Faperj, 2011.

LIMA, Costa. Machado: Mestre de Capoeira. In: *Intervenções*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002, p. 327-337.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1997.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva (org.). *Gêneros textuais & ensino*. 5.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais, 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.

MEDEIROS, Vanise G. de. Discurso cronístico: uma ‘falha no ritual’ jornalístico. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v.5, n.1. p.93-118. Jul./dez. 2004.

MEDEL, Manuel A. Vázquez. Discurso literário e discurso jornalístico: convergências e divergências. In: CASTRO, Gustavo de & GALENO, Alex (org.). *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. 2. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

MEYER, Marlyse. *Folhetim – uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. Folhetim para Almanaque ou Rocambole, a Iliada do Realejo. In: *Almanaque 14: Modos menores de ficção*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (pp. 7-22)

\_\_\_\_\_. MEYER, Marlyse. Um fenômeno poliédrico: o romance folhetim francês do século XIX. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.2 São Paulo: mai-1994, pp. 123-136.

Disponível em:  
[http://www.abralic.org.br/download/revista/Revista\\_Brasileira\\_de\\_Literatura\\_Comparada\\_-\\_02.pdf](http://www.abralic.org.br/download/revista/Revista_Brasileira_de_Literatura_Comparada_-_02.pdf)

MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. Prosa. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

ORLANDI, Eni. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2001.

PENA, Felipe. *Jornalismo literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

PÉCORÁ, A. *Máquina de gêneros*. São Paulo: EDUSP, 2001.

PEREIRA, Wellington. *Crônica: a arte do útil e do fútil: ensaio sobre crônica no jornalismo impresso*. Salvador, BA: Calandra, 2004.

RESENDE, Beatriz (Org.) *Cronistas do Rio*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

RIBAS, Maria Cristina C. *Onze anos de correspondência: os machados de Assis*. Rio de Janeiro: PUC-Rio e Sette Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. Literatura e jornal: quem quer integrar este caso? *Graphos: Revista da pós-graduação em Letras – UFPB*. Vol. 6– Nº 2/1, jul.-dez. 2004.

RODRIGUES, Inara de Oliveira. Efemeridade e permanência no Livro de crônicas, de Antônio Lobo Antunes. *Navegações*. v. 2, n. 2, p. 141-146, jul./dez. 2009.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. 6 ed. São Paulo: Ática, 2002.

SANTIAGO, S. Uma literatura anfíbia. *Revista de Comunicação Social da PUC-Rio, ALCEU* - v.3 - n.5 - p. 13 a 21 - jul./dez. 2002.

SIMON, Luis Carlos Santos. Do jornal ao livro: a trajetória da crônica entre a polêmica e o sucesso. *Revista Temas & Matizes*. n.5 1º sem.2004. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Disponível em: [www.unioeste.br/saber](http://www.unioeste.br/saber)

TRAVANCAS, Isabel. *O livro no jornal: os suplementos literários dos jornais franceses e brasileiros nos anos 90*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

ZILBERMAN, R. *Estética da recepção e história da literatura*. São Paulo: Ática S.A.,1989.

\* \* \*